

A Constitucionalização dos Direitos da Criança e do Adolescente

2016

Luis Fernando de França Romão

SUMÁRIO

Introdução	17
Capítulo 1	
O Processo Histórico Brasileiro dos Direitos Infantojuvenis	21
1.1. Os meninos e a legislação colonial	21
1.2. O menor e a legislação imperial	30
1.3. A infância no período republicano	35
1.3.1. A infância nas Constituições republicanas	36
1.3.1.1. Constituição de 1891	36
1.3.1.2. Constituição de 1934	37
1.3.1.3. Constituição de 1937	39
1.3.1.4. Constituição de 1946	41
1.3.1.5. Constituição de 1967	44
1.3.2. O Direito do Menor	47
1.3.2.1. O Código do Juiz Mello Mattos	51
1.3.2.2. Regime militar e o “Código dos Juizes”	55
Capítulo 2	
Os Novos Direitos da Criança e do Adolescente	61
2.1. A criança e a Constituinte 1987-1988	61
2.2. Artigo 227	72
2.3. Proteção internacional dos direitos da criança e do adolescente ..	76
2.4. A proteção integral do Estatuto da Criança e do Adolescente ...	88
2.5. Os direitos do jovem	92

Capítulo 3

Constitucionalização e o Direito da Criança e do Adolescente	97
3.1. Conceituação do fenômeno jurídico	98
3.2. Concepções de Constituição e Constitucionalização	99
3.3. Constitucionalização como processo	101
3.4. Constitucionalização como obra da jurisdição constitucional	106
3.5. Modelo constitucional inflacionado e a constitucionalização	112
3.6. Constitucionalização simbólica	114
3.7. Constitucionalização das políticas públicas	117
3.8. Constitucionalização e movimentos sociais	119
 Conclusão	 123
 Referências Bibliográficas	 125